

Trump, Bolsonaro e o contágio internacional

Pensávamos que o contágio internacional se aplicava só aos processos de democratização. Ficamos agora a saber que se aplica também aos processos de autocratização.

Nuno Severiano Teixeira | Público | 11 de janeiro de 2023

O contágio internacional existe nos processos de transição política e mudança de regime. A Revolução Americana de 1776 influenciou a Revolução Francesa de 1789, como influenciou as revoluções bolivarianas que conduziram às independências da América do Sul. Tal como a revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974 influenciou a transição espanhola e deu início à terceira vaga das democratizações.

Tudo isto já nós sabíamos. Historiadores e cientistas políticos têm-no estudado abundantemente. Sabíamos que o contágio internacional existia, mas pensávamos que se aplicava só aos processos de democratização. Ficamos agora a saber que se aplica também aos processos de autocratização – que o Brasil reproduziu o exemplo dos EUA e Bolsonaro replicou o modelo de Trump. Já o tinha feito na vitória e voltou a fazê-lo na derrota.

No exercício do poder, Bolsonaro atacou o poder judicial e contestou o Supremo Tribunal, atacou o legislativo e apelou ao fecho do Congresso e não atacou o executivo, porque era ele o Presidente. Alimentou a polarização social, o confronto político e um clima de *fake news*. Depois das eleições nunca reconheceu a derrota. Primeiro, manteve o silêncio, depois um discurso ambíguo legitimando as movimentações dos apoiantes e, finalmente, recusou-se a estar na transição de poder para o seu sucessor.

Isto é, na vitória, promoveu por todos os meios a erosão da democracia; na derrota, alimentou por todos os meios o clima para a insurreição. Tudo como Trump – sem tirar nem pôr, incluindo a narrativa das eleições roubadas. Por tudo isso, Bolsonaro é, certamente, responsável político e moral pelo maior atentado à democracia no Brasil desde o golpe militar que instaurou a ditadura em 1964. Mas não é o único. São-no também os organizadores e financiadores da insurreição.

O assalto à sede dos três poderes, símbolo da democracia, na tarde de 8 de Janeiro não foi um acontecimento espontâneo. Foi meticulosamente planeado e precedido de meses de movimentações, bloqueios de estradas, acampamentos à porta dos quartéis apelando ao golpe militar e, finalmente, centenas de autocarros a transportar os insurrectos à esplanada dos ministérios em Brasília. Tudo isso significa planeamento e financiamento. E não será pouco. A suspeita recai em certos sectores do agronegócio bolsonaristas confessos inimigos de Lula e da sua política contra o desmatamento que lhes sustenta o negócio.

Há depois os responsáveis pela segurança do local que, perante a insurreição, não só foram negligentes, como parecem ter sido cúmplices. Mas o papel chave reside na instituição militar.

Durante o seu mandato Bolsonaro desenvolveu uma relação estreita com os militares. Muitos tiveram postos de governo e estima-se que mais de 6000 tenham posições fora da estrutura militar. Depois da vitória de Lula guardaram um silêncio ambíguo. Perante os apelos à intervenção militar não apoiaram, mas também não condenaram. Ora, essa ambiguidade autorizou a esperança num golpe e alimentou moralmente a insurreição. E, perante o atentado à autoridade democrática, as Forças Armadas, enquanto instituição, não se demarcaram, mas também não quiseram comprometer-se e continuaram a guardar silêncio. E nisto se distancia o caso brasileiro do caso americano, em que as Forças Armadas condenaram abertamente o golpe e se declaram defensoras da ordem constitucional e da legalidade democrática.

Há, finalmente, o papel da direita democrática. Muitos votaram Bolsonaro, não porque apoiem Bolsonaro, mas porque rejeitam Lula. Ora, essa direita democrática, perante esta insurreição, deixa de ter legitimidade política para apoiar o bolsonarismo. Era importante que Lula percebesse que nem todos são fascistas e que soubesse dividir a direita populista da direita democrática que se demarcou da insurreição e a soubesse trazer para o campo da legalidade.

E aqui chegados vale a pena lembrar que, se o contágio internacional funcionou para o ataque à democracia, devia agora funcionar também para o regresso à legalidade democrática. Nos EUA centenas de pessoas cumprem pena e o Comité 6 de Janeiro solicitou já ao Departamento de Justiça que deduza acusação contra Trump. Também no Brasil os autores materiais e morais do atentado devem ser levados à Justiça, responsabilizados criminalmente e punidos exemplarmente pelos seus actos. Ao mesmo tempo que, sem contemplações para com os criminosos, o Presidente deve saber ter um discurso político de pacificação e unidade de todos os democratas.

<https://www.publico.pt/2023/01/11/opiniao/opiniao/trump-bolsonaro-contagio-internacional-2034457>